

7.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S.H. e outros. Política Social e Combate à Pobreza. RJ: Ed. Zahar, 1997.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. Ed. Cortez, 2002 – 8 ed.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. SP: Boitempo Editorial, 1999.

ARIES, Philippe. A História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, E. Guanabara, 1978.

BEHRING, Elaine. Política Social no Capitalismo Tardio. SP, Ed. Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine. Brasil em Contra-Reforma – Desestruturação do Estado e perda de direitos. Ed. Cortez, 2003.

BORGES, M.R.P. “Eu nasci pra trabalhar, pra ajudar minha família: Trabalho e Ocupação de Meninos e Meninas nas ruas do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 1998.

BRAVO, Maria José Souza. O Processo saúde, Doença e Trabalho Infanto- jues: Expressão Cruel das Contradições da Modernidade Brasileira.Saúde e Serviço Social. Ed. Cortez,2004.

CRESS. Assistência Social: Ética e Direitos – Coletânea de Leis e Resoluções. 2^a Ed. Rio de Janeiro, 2000.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DE DADOS DO RIO DE JANEIRO-FUNDAÇÃO CIDE. Mapeamento das populações específicas do Estado do Rio de Janeiro para inclusão no Programa Bolsa Família. Rio de Janeiro, 2006.

COLBARI, Antonia. Ética do Trabalho: a construção da identidade profissional. Ed. Letras e Letras. São Paulo, 1995.

DEMO, Pedro. Pobreza da pobreza. São Paulo. Ed. Vozes, 2003.

----- . "Exclusão Social Novas e Velhas Formas". Debates Sociais. Número 58- Ano XXXVI, CBCISS, 2001.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo, 1984.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Diretrizes para formulação de uma política nacional de combate ao trabalho infantil. Brasília, 2000.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho. Ed. Vozes. Petrópolis, 1982.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Trabalho não é brincadeira. FNPETI/UNICEF.

FRIGOTO, Gaudencio. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Ed. Cortez. Rio de Janeiro, 2002.

IAMAMOTO, M.V. e Carvalho, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. SP, Ed. Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M.V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. SP, Ed. Cortez, 1996 – 4 ed.

JAMUR, M. “Reflexões sobre uma esfera construída e conflitual: O Social” Revista O Serviço Social em Questão. Vol. 1, nº. 1, 1997, Departamento de Serviço Social da PUC-RJ.

JODELET, Denise (Org). A Representação Social. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

LAURELL, A.C. (org) Estado e Políticas no Neoliberalismo. SP, Ed. Cortez, 1995.

LEITE, M.I.F.P. No campo da linguagem, a linguagem do campo – o que falam da escola e saber as crianças da área rural. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação, PUC –Rio ,1995.

LUSTOSA, Tânia Quiles de O. “Pobreza e exclusão social”. Debates Sociais. Número 58 – ANO XXXVI, CBCISS, 2001.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. Transferência de renda: nova face de proteção social? / Myrtes de Aguiar Macedo, Sebastiana Rodrigues de Brito. - Rio de Janeiro; Ed. Puc - Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo tardio; apresentação Paulo Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos e Regis de Castro. Abril Cultural, São Paulo,1982.

Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente. 3ª edição MTE, SIT, 2005.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. RJ, Ed. Zoar, 1967.

MINAYO, M.Cecília de S.O desafio do Conhecimento. São Paulo, HUCITEC-BRASCO, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2004.

MOREIRA, Antônia S. P. (org.). Representações Sociais: Teoria e Prática. João Pessoa. Editora Universitária, 2001.

MOTA, A. e AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In MOTA, A. (org). A nova fábrica de consensos. SP, Ed. Cortez, 1998.

NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. SP, Ed. Cortez, 1992.

NETTO, J.P. Transformações Societárias e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. SP, Ed. Cortez, 1995, n°. 50.

O GLOBO. Jornal. Caderno Economia, página 29,16 de setembro de 2006.

OIT Convenção n°. 138 – Idade Mínima para Admissão em Emprego. 1976.

OIT Convenção n°. 182 – Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. 1999.

OIT Boas Práticas de Combate ao Trabalho Infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil. Brasília, 2003.

OIT O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21. Kassouf, Ana Lucia (coordenadora). Brasília, 2004.

O Social em Questão. Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ. Rio de Janeiro, Vol. 1, n°. 1, 1997.

O Social em Questão. Revista do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro, volume 3, Número 3, 1999.

PASTORINE, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. SP, Ed. Cortez, 2004.

PETI. Relatório de Gestão 2003. RJ, 2003.

PETI. Documento: PETI – 5 Anos no Estado do Rio de Janeiro. RJ, Secretaria de Estado de Ação Social, 2003.

RAIMUNDO, Carmem. “ O Trabalho Infanto-Juvenil em Lixões: expressão cruel das contradições da modernidade brasileira.”Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social, UERJ,2002.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão. “Infância, pobreza e trabalho infantil.” Revista Serviço Social e Sociedade. Ed. Cortez, 2007.

SANTOS, W.G. Cidadania e Justiça. A política social na ordem capitalista. RJ, Ed. Campus, 1987.

SARTI, Cyntia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos podres. Ed. Cortez.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEAS/MPAS. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Manual de Orientação. Brasília, 2002.

SOARES, Laura Tavares R. O desastre social. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.

Anexo 1

Roteiro da entrevista realizada com as famílias

- 1-** Identificação do entrevistado (relação de parentesco com a criança em situação de trabalho infantil);
- 2-** Composição familiar (número de filhos menores, idade);
- 3-** A idade em que começou a trabalhar, as atividades de trabalho exercidas, a situação atual de trabalho;
- 4-** No caso de ter trabalhado precocemente, se considerou este fato positivo ou negativo;
- 5-** A opinião se a própria vida teria sido diferente, com melhores oportunidades se não tivesse trabalhado desde criança;
- 6-** O motivo dos filhos, crianças e adolescentes, serem inseridos em atividades de trabalho;
- 7-** O trabalho dos filhos é realizado por motivos financeiros;
- 8-** Opinião sobre o trabalho que o(a) filho (a) exercia antes de ser inserido(a) no PETI;
- 9-** Opinião sobre a participação dos filhos nas atividades do PETI;
- 10-** O significado do trabalho para o entrevistado;
- 11-** O significado do trabalho para a família.

Anexo 2

Roteiro da entrevista realizada com as crianças e adolescentes

- 1- Identificação da criança/adolescente (idade, escolaridade);
- 2- A atividade exercida (tipo de trabalho) que motivou o ingresso no PETI;
- 3- Recebia algum pagamento pelas atividades de trabalho realizadas;
- 4- O que fazia com o dinheiro recebido;
- 5- Gostava da atividade (trabalho) que realizava;
- 6- Ainda realiza atividades de trabalho no período que não está no PETI;
- 7- O espaço do trabalho, estudo e das brincadeiras no cotidiano dos entrevistados;
- 8- Os pontos positivos e negativos de trabalhar precocemente.